

**ACTA**

Aos quinze dias do mês de Setembro do ano de dois mil e onze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu o Vereador José Augusto Ferreira Araújo, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10:00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----**----- INTERVENÇÕES -----**

1 – Vereador José Torcato Ribeiro – a) – Endereçou os parabéns ao Professor Rui Reis pela obtenção do Prémio Carreira George Winter Award, principal distinção europeia na área da investigação em biomateriais; **b)** – Comentando a obra em curso da Plataforma das Artes, disse parecer-lhe que a metodologia de reabilitação aplicada no espaço do antigo mercado municipal contradiz a prática habitual da autarquia, referindo-se em concreto à demolição de uma escadaria lateral existente naquele espaço. Lembrou, a propósito, a preocupação evidenciada no debate organizado pela Fundação Cidade de Guimarães no Centro Cultural de Vila Flor, recordando uma intervenção que questionou a anunciada demolição da escadaria do antigo mercado, de autoria do Arquitecto Marques da Silva. Observou, ainda, que a sala de

espectáculos do Teatro Jordão vai ser reduzida a um terço da sua capacidade, quando considera que aquela é uma obra de autor que era necessário manter. Por último, defendeu o rigor na reabilitação dos edifícios, considerando que estes dois casos são exemplos, na sua opinião, de agilização das regras da reabilitação.

2 – Vereador André Coelho Lima – Questionou o Presidente da Câmara acerca das suas declarações a uma rádio local, nas quais referiu, relativamente à questão da fusão de freguesias, que *“nós ganhávamos em escala se ficássemos com 1/3 ou 1/4 das freguesias que temos agora”*, tendo, na mesma declaração pública dito que *“no mundo suburbano ou rural é mais difícil, daqui a pouco ficam sem nada, pelo que isso tem que ser visto com muito cuidado”*. Em face destas declarações do Presidente da Câmara, manifestou que estas frases eram contraditórias entre si, na medida em que, por um lado, se defende a redução de dois terços ou três quartos das freguesias actualmente existentes e, por outro lado, diz-se que as freguesias suburbanas e rurais (a enormíssima maioria das freguesias do concelho de Guimarães), se ficarem sem Junta de Freguesia ficam praticamente sem nada. Assim, quis saber qual teria sido o critério do Presidente da Câmara para defender uma redução para um terço ou um quarto das freguesias actualmente existentes, que manifestou desejar e se estaria a Câmara preparada para assumir a dianteira desta reorganização administrativa, debatendo politicamente com os restantes partidos critérios e propostas para se atingir um modelo que se adeque à realidade Vimaranesa. Recordou, ainda, que o PSD, desde o ano 2009 (nomeadamente através de intervenções e moções na Assembleia Municipal), que desafia a Câmara Municipal para dar início a este processo, assumindo e iniciando um debate local de algo que poderá ser imposto a Guimarães, sem prejuízo dos



interesses concretos da nossa comunidade. Por último, disse que estes são momentos em que se exigem líderes determinados, que tenham uma visão estratégica para o respectivo território, pelo que o PSD aguardará que o Presidente de Câmara apresente uma proposta coerente que concretize o desejo por si manifestado de redução de freguesias em dois terços ou três quartos das existentes. **3 – Vereador José Manuel Antunes – a)** – Solicitou informação sobre o concurso designado por “Regulação de Fluxo Luminoso – Instalações Eléctricas”, que veio a esta reunião para conhecimento; **b)** – Referiu que a reformulação da iluminação das zonas rurais deveria envolver as respectivas juntas de freguesia, considerando excessiva a redução entretanto já efectuada nalgumas freguesias. **4 – Vereadora Luísa Oliveira** – Informou que a Caixa Multibanco situada no Mercado Municipal tem estado quase sempre sem dinheiro, o que prejudica comerciantes e consumidores. **5 – Vereador Amadeu Portilha – a)** – Relativamente à questão colocada pela Vereadora Luisa Oliveira disse que esta competência é da entidade bancária que gere a caixa multibanco; **b)** – Endereçou o convite aos Senhores Vereadores para visitarem a Feira Afonsina, que se realiza nos dias 16, 17 e 18 de Setembro, que contará com a presença da Senhora Secretária de Estado do Turismo no Sábado, dia 17; **c)** – Convidou os Senhores Vereadores a estarem presentes na Conferência “O Movimento Olímpico e o Dirigente Desportivo”, a realizar no Multiusos de Guimarães, no próximo dia 17 de Setembro, promovida pela Cooperativa Tempo Livre e Observatório do Desporto, que contará com a presença do Senhor Secretário de Estado do Desporto. **6 – Vereador Domingos Bragança** – Deu explicações sobre o concurso designado por “Regulação de Fluxo Luminoso – Instalações Eléctricas” que, basicamente, consiste na

redução, através de um dispositivo regulador, da potência da electricidade. **7 - Vereadora Alexandra Gesta** – Sobre a intervenção do Vereador José Torcato Ribeiro, disse compreender as suas preocupações, indicando que o rigor faz parte da metodologia de trabalho de reabilitação, assim como a introdução da diversidade. Reconheceu que nos dois últimos anos, por força das obras relacionadas com a Capital Europeia da Cultura, está a ser levada à prática obra semelhante à verificada em 25 anos. Disse, ainda, que nada do que está a ser feito é diferente do que já aconteceu no passado dando, como exemplos, as intervenções feitas no Palácio Vila Flor e no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. Por último, destacou que a mão livre de cada arquitecto que não destrua o carácter total está presente em cada intervenção que se faz, acrescentando que no debate público sobre o plano geral da intervenção não houve qualquer crítica por escrito. **8 – Presidente da Câmara – a)** – Sobre a intervenção do Vereador José Torcato Ribeiro, convidou-o a verificar o projecto para perceber que aquilo que foi demolido não era de autoria do arquitecto Marques da Silva. Quanto à intervenção que será efectuada no Teatro Jordão, lembrou que aquele espaço cultural perdeu função porque não se adaptou à evolução dos tempos, assegurando que a sua nova função terá que suportar um projecto de sustentabilidade, acrescentando que na próxima reunião será apresentada a proposta de intervenção que vai servir um conjunto de colectividades; **b)** – Quanto à intervenção do Vereador André Coelho Lima, disse que a opinião que expressou era pessoal, estando a aguardar que o Governo publique a legislação com os critérios que vão orientar a reorganização administrativa; **c)** – Sobre a intervenção do Vereador José Manuel Antunes, disse que havia Câmaras Municipais do País que já desligaram as luzes e



outras que estão a adoptar a mesma solução que Guimarães. Disse, ainda, que na próxima reunião de Câmara, traria mais informação sobre este assunto. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, as seguintes propostas: -----

OBRAS PÚBLICAS – CASA DA MEMÓRIA – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO – Presente, para aprovação, a minuta do contrato de empreitada da obra em epígrafe, adjudicada por deliberação de Câmara de 1 de Setembro de 2011 a “M. Couto Alves, S.A.”, pelo preço de €1.235.394,60 + IVA. A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CONTRATO DE COMODATO – COOPERATIVA DESINCOOP – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, SOCIAL E CULTURAL, CRL – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “A Cooperativa DESINCOOP – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, SOCIAL E CULTURAL, CRL, com sede na Av. Conde de Marquês, nº 106, 1º andar, desta cidade, foi criada em Maio de 2005 e tem como objecto a prestação de serviços de consultoria na área do desenvolvimento económico, social e cultural, a promoção de iniciativas de inovação organizacional, a implementação de acções formativas, a criação de serviços de proximidade e várias actividades empresariais. No âmbito das suas acções e em parceria com organizações de Economia Social, Entidades Formadoras/Centros de Formação e Serviços de Emprego, a DESINCOOP elaborou candidaturas a formações ao programa “PROGRESS” que respondem às necessidades actuais e colaborou no recrutamento de formandos com baixas

qualificações, de pessoas oriundas do rendimento social de inserção, de desempregados de longa duração, à procura do primeiro emprego e de portadores de deficiência ou incapacidade. A DESINCOOP tem actualmente aprovados três projectos ao abrigo do Programa Potencial Humano Eixo 6.1, envolvendo 45 formandos inseridos em cursos de conservação e restauro de madeiras, calceteiro e conservação de jardins e espaços verdes, iniciando, brevemente, formações de artífice de ferro e de marroquinaria. Para concretizar a componente prática desta formações e **dar continuidade a outras à espera de financiamento**, aquela Cooperativa tem necessidade de um espaço onde os formandos possam experimentar os conhecimentos já adquiridos e onde possa vir a acolher as oficinas criadoras de emprego e inclusão activa de pessoas afastadas do mercado de trabalho, estando prevista a "Oficina do Projecto Bicicleta Inclusiva", destinada a portadores de deficiência. Para tal, vem solicitar a cedência, em regime de comodato, do imóvel, propriedade do Município, sito no Lugar dos Dardos, da freguesia de Creixomil. Aquele prédio está descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 1765/Creixomil e inscrito na respectiva matriz urbana sob o artigo 569. Deste modo, em caso de aceitação superior, e nos termos do disposto na alínea a), nº 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deverá ser submetido a deliberação de Câmara a cedência à DESINCOOP – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, SOCIAL E CULTURAL, CRL, do identificado prédio, mediante a celebração de um contrato de comodato, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes". A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada



em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. A Vereadora Luísa Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta, por se declarar impedida.** -----

VOTO DE LOUVOR – CIENTISTA RUI REIS – Presente a seguinte proposta: “O Cientista Rui Reis dirige o Grupo de Investigação 3B’s, Laboratório sediado no Avepark, foi distinguido com o Prémio Carreira George Winter Award, principal distinção europeia na área da investigação em biomateriais. O referido Prémio ser-lhe-á entregue em Dublin, na Irlanda. O Cientista Rui reis foi distinguido pela Câmara Municipal nas últimas comemorações do 24 de Junho com a medalha Municipal de Mérito Científico pela investigação que desenvolve no Grupo 3B’s, onde se integram 125 investigadores a trabalhar na nossa área concelhia. Pela atribuição do referido Prémio europeu que muito prestigia Guimarães, proponho que a Câmara Municipal se congratule com a distinção atribuída e aprove um voto de louvor”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Da carta endereçada pelos novos membros do Conselho de Administração da Fundação Cidade de Guimarães; **2** – Deu uma nota sobre a sua audição, no dia de ontem, na Assembleia da República, requerida pelos Deputados do Partido Social Democrata sobre a saída da Presidente da Fundação Cidade de Guimarães; **3** – Deu conhecimento que a fonte com a estátua da Vitória que foi retirada do Largo do Toural vai ser colocada no espelho de água existente junto à Escola Secundária Francisco de Holanda. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

I – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 5 de Setembro de 2011, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: **“INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO** – **1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: **“Regulação de Fluxo Luminoso – Instalações Eléctricas”**, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder €482.944,46 + IVA, a satisfazer pela dotação 3.2.2.0303 do Plano Plurianual de Investimentos. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/2009 de 2 de Outubro) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adopção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €482.944,46 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos – a) Presidente: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: José Filipe Tavares de Fontes – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes – a) Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b)



Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. **6.** Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução”; **II** – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 6 de Setembro de 2011, que adjudicou a prestação de serviços designada por “**Fornecimento Contínuo de Gás Propano a Granel – Anos Cíveis de 2012 e 2013 – Concurso Público n.º 7/11**” ao concorrente Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., pelo preço de €300.960,00 + IVA. ---

----- **DELIBERAÇÕES** -----

CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 1 DE SETEMBRO DE 2011. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Foi dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. -----

OBRAS PÚBLICAS – REABILITAÇÃO DO CAMPO DE S. MAMEDE E REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DO MONTE LATITO – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 6 de Setembro de 2011, que aprovou a repartição de encargos da obra em epígrafe, de acordo com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “No Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2011 consta a execução da obra “Reabilitação do Campo de S. Mamede” onde foi inscrita a verba de €700.000,00 destinada a suportar a despesa, com a rubrica 2.5.1.23. A empreitada diz respeito à Reabilitação do Campo de S. Mamede e à Requalificação do Monte Latito, sendo que o

procedimento foi desenvolvido no âmbito de um Agrupamento de Entidades Adjudicantes, nos termos do art.º 39º do CCP, constituído entre o Município de Guimarães e o Instituto de Museus e Conservação, I.P. O valor da adjudicação da empreitada é de €1.235.394,60 + IVA, sendo €586.685,46 + IVA da responsabilidade do Município de Guimarães e a restante verba no valor de €648.709,14 + IVA da responsabilidade do Instituto dos Museus e da Conservação, IP. Assim, com vista a ser adjudicada a empreitada à empresa "M. Couto Alves, S.A.", conforme proposto pelo Júri do Procedimento, em 2 de Setembro de 2011, pelo preço de €1.235.394,60 + IVA, e atento o plano de pagamentos da respectiva proposta, sugiro a seguinte repartição de encargos, no que respeita ao valor de €586.685,46 + IVA, da responsabilidade do Município de Guimarães: Ano de 2011 – €210.334,65 + IVA = €222.954,73; Ano de 2012 – €376.350,81 + IVA = €398.931,86".

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – REABILITAÇÃO DO CAMPO DE S. MAMEDE E REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DO MONTE LATITO – ADJUDICAÇÃO

– Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao concurso público para execução da obra em epígrafe, em anexo, que propõe a adjudicação ao concorrente "**M. Couto Alves, SA**", pelo preço de €1.235.394,60 + IVA, para um prazo de execução de 180 dias. O Relatório Final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

OBRAS PÚBLICAS – CENTRO ESCOLAR DE URGEZES – CONTA FINAL

– Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: "1 - Por deliberação da Câmara Municipal de Guimarães, datada de 29 de Outubro de 2009, foi a empreitada em título adjudicada à empresa Santana &



Ca. S.A. pelo valor de €2.297.190,37 + IVA. 2 - O valor final dos trabalhos é de €2.293.471,30 + IVA. 3 - Verifica-se a existência de trabalhos a menos no valor de 3.719,07 € + IVA, por não se terem esgotado todas as quantidades previstas no contrato correspondentes a uma percentagem de 0,16% do valor da adjudicação. 4 - Assim, fica à consideração superior a aprovação desta conta final no valor de €2.374.579,80 + IVA sendo que €2.293.471,30 + IVA de trabalhos contratuais e €81.108,50+ IVA da revisão de preços provisória e do Auto final no valor de €4.950,29 + IVA e correspondente Auto de Revisão de preços no valor de €201,13 + IVA. 5 - Todos os preços dos vários trabalhos que compõem a presente empreitada estão contratualizados. 6 - Se for caso disso, poderão estes montantes ser objecto de revisão, nos termos do art.º 1º do DL nº6/2004, de 6 de Janeiro, logo que se encontrem publicados no Diário da República os respectivos índices definitivos de revisão de preços. 7 - Neste momento não se pode efectuar a Revisão de Preços definitiva, pois ainda não foram publicados os índices definitivos. O valor da Revisão de Preços com índices provisórios é de €81.108,50 + IVA. 8 - Para cumprimento do disposto no art. 399º, do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro foi elaborada a Conta Final dentro do prazo nele estabelecido. 9 - De acordo com o nº1 do artº401º do mesmo diploma, foi enviada a Conta Final ao adjudicatário, tendo este um prazo de 15 dias para a assinar ou deduzir sua reclamação fundamentada". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

OBRAS PÚBLICAS – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO – RESIDÊNCIA PARA ARTISTAS – OLIVEIRA DO CASTELO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: "1. Atenta a necessidade de executar a obra de: Residência para Artistas –

Oliveira do Castelo, submete-se à consideração superior, nos termos do art.º 36º do Código dos Contratos Públicos – CCP (Decreto – Lei 18/08 de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 278/09 de 2 de Outubro), a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos do art.º 38º do CCP, propõe-se face ao valor económico estimado de €1.150.000,00 + IVA, a satisfazer pela dotação 1.1.1.19 do Plano Plurianual de Investimentos a adopção de Concurso Público, nos termos da alínea b), do art.º 19º, do CCP. **3.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca o Caderno de Encargos e o Programa de Procedimento com: Fixação do parâmetro base do preço contratual em €1.150.000,00 + IVA; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **4.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos – a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: José Filipe Tavares de Fontes – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; c) Vogal: Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes – a) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. b) Vogal: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora Técnica do Departamento de Obras Municipais. **5.** Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução”. O caderno de encargos e o programa de procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE. -----****OBRAS PÚBLICAS – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO – PISCINA MUNICIPAL DE SERZEDELO –**

Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: "1. Atenta a necessidade de executar a obra de: "Piscina Municipal de Serzedelo", submete-se à consideração superior, nos termos do art.º 36º do Código dos Contratos Públicos – CCP (Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/2009, de 2 de Outubro), a presente proposta de decisão de contratar. 2. Para efeitos do art.º 38º do CCP, propõe-se face ao valor económico estimado de €1.100.000,00 + IVA, a satisfazer pela dotação 2.5.2.0803 do Plano Plurianual de Investimentos a adopção de Concurso Público, nos termos da alínea b), do art.º 19º, do CCP. 3. Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca o Caderno de Encargos e o Programa de Procedimento com: Fixação do parâmetro base do preço contratual em €1.100.000,00 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 300 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; 4. Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos – a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: José Filipe Tavares de Fontes – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; c) Vogal: Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes – a) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. b) Vogal: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite

Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. **5.** Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução”. O caderno de encargos e o programa de procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PARTICULARES – PROCESSO DE LICENCIAMENTO N.º 2885/90 – RECURSO PARA O PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL

– Presente a seguinte informação da Divisão de Obras Particulares: “**Paulo Joaquim Carvalho Maia**, titular do processo de licenciamento nº 2885/90, e ora recorrente, tendo apresentado um projecto de licenciamento de um muro de vedação e de suporte de terras, no prédio sito na Rua da Igreja Nova, nº 85, da freguesia de Balazar, que confronta com a via pública (Estrada Municipal nº 585), descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães, sob o nº 00389/Balazar e inscrito na matriz urbana sob o artigo 387-P, e não se conformando com o despacho de indeferimento obtido, datado de 01 de Julho de 2011, dele vem interpor recurso para o Plenário da Câmara Municipal. **1.**

O PROCESSO DE LICENCIAMENTO – Em 17 de Agosto de 2009 foi apresentado um projecto para licenciamento de um muro de vedação e de suporte de terras, em betão ciclópico com inertes de grande dimensão, sobre um muro que se encontra parcialmente construído, aquando da pavimentação e alargamento da via pública. A pretensão foi objecto de sucessivas propostas de indeferimento, datadas de 2 de Setembro, 12 de Novembro e 17 de Dezembro de 2009, com base no incumprimento do afastamento legal de 5 metros ao eixo da Estrada Municipal nº



585, assim como pelo facto de que o licenciamento solicitado era relativo a um muro existente, já construído sem qualquer licença, pretendendo-se aumentar a sua extensão. O óbice foi suplantado com a apresentação de uma Declaração da Junta de Freguesia de Balazar, datada de 29 de Dezembro de 2009, que confirmou que “*...o muro de suporte existente no local foi construído aquando do alargamento da Estrada Municipal 585/1...*”. Verificou-se, assim, que aquele alargamento foi realizado com a cedência a título gratuito de uma parcela de terreno da sua propriedade ao domínio público, conforme planta de implantação apresentada relativa ao projecto do edifício, licenciado pelo o Alvará nº 393/03, de 21 de Março de 2003, pelo que o projecto de arquitectura do muro em causa foi aprovado, tendo sido emitido o alvará de licença de construção nº 293/10, em 24 de Maio de 2010, respeitante a escadas exteriores e muros de suporte de terras e de vedação (140 metros). Em 22 de Fevereiro de 2011, foi apresentado projecto de alteração daquele muro, consistindo no aumento da sua altura e na colocação de uma guarda de rede de arame com parapeito e corrimão tubular de ferro, bem como da altura da escada e do muro interior da escada. Tal pretensão foi analisada pelos serviços técnicos, merecendo a seguinte proposta de indeferimento, datada de 22 de Março de 2011: “*Com o presente aditamento pretende o requerente introduzir alteração ao projecto do muro frontal de suporte de terras anteriormente aprovado. Trata-se de um aumento significativo da sua altura visando o nivelamento do terreno, logradouro de uma construção habitacional. Com a alteração pretendida o muro passa a ter uma altura progressiva na medida do declive da via pública, atingindo uma altura máxima de 5 metros, acrescida por uma guarda de 1 metro. Esta solução não só agrava de forma significativa o*

impacto visual do muro, como consubstancia um precedente desaconselhável, tendo em conta as solicitações idênticas verificadas no local. Por outro lado, a configuração do terreno alongado no sentido da via pública, requer uma solução de nivelamento por patamares melhor moldada ao terreno. Assim, deverá ser mantida a altura do muro anteriormente aprovado, sendo de indeferir a pretensão ao abrigo da alínea a) do nº 1 do art. 24º do DL nº 555/99.” Na sequência desta informação e, no âmbito do exercício do direito de audiência dos interessados, foi o requerente notificado, através de ofício datado de 25 de Março de 2011, para, querendo, se pronunciar por escrito sobre o conteúdo de tal informação, no prazo de 20 dias úteis. O ora recorrente não apresentou qualquer alegação pelo que, em 1 de Julho de 2011, foi notificado do despacho de indeferimento do pedido. Posteriormente, através de requerimento que deu entrada nos serviços em 3 de Agosto de 2011, o recorrente apresentou o recurso que agora se analisa.

2. ALEGAÇÕES – O titular do processo alega, em suma: a) que “... o comprimento do terreno que confronta com a estrada municipal em relação à largura do mesmo terreno, é muito extenso, baixando na parte mais estreita a Norte para uma largura que não tem qualquer utilidade...” b) que “... elevando-se o muro, tal como a proposta, a reduzida largura do terreno será aumentada, dado alargar-se devido à inclinação da encosta do terreno adjacente a Poente, sendo a altura desta encosta diminuída, o que seria vantajoso, além de se evitar a reduzida largura do terreno que para todos os efeitos, ficará inutilizado num terreno com comprimento tão extenso com a estrada municipal.”

3. CONSIDERAÇÕES – O projecto de arquitectura do muro em causa, aprovado por despacho do Presidente da Câmara Municipal datado de 10 de Maio de 2010, e



que deu lugar à emissão do alvará de licença de construção nº 293/10, em 24 de Maio de 2010, previa uma altura que variava em conformidade com o desnível da via pública. O aditamento àquele projecto de arquitectura, apresentado em 22 de Fevereiro de 2011, consiste num aumento significativo da sua altura, visando o nivelamento do terreno, passando a ter uma altura progressiva e proporcional, face ao declive da estrada municipal, atingindo uma altura de 5 metros, acrescida por uma guarda de 1 metro. Verifica-se, assim, um agravamento, de forma significativa, do impacto visual do muro, assim como coloca-se em causa a solução existente de nivelamento por patamares, adequada à configuração do terreno, pelo que entendemos que se encontra devidamente fundamentada a proposta de indeferimento, que constitui o substrato legal do despacho de indeferimento, no disposto na alínea a) do nº 1 do art.º 24 do D.L. nº 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo D.L. nº 26/2010, 30 de Março. **4. CONCLUSÃO** – Em face do exposto, verifica-se que o recurso hierárquico interposto se apresenta, a final, sem fundamentação válida, quer de facto, quer de direito, pelo que o despacho de indeferimento posto em crise será de manter, porquanto não infringiu qualquer norma legal e se encontra ajustado ao caso em apreço”. Junto anexa-se o recurso interposto que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR MAIORIA, INDEFERIR O RECURSO.** Votaram contra o deferimento do recurso o Presidente da Câmara e os Vereadores Domingos Bragança, Francisca Abreu, César Machado, Amadeu Portilha e Alexandra Gesta, tendo os demais Vereadores votado favoravelmente o seu deferimento. ----

**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE
PARECERPRÉVIO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE**

COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA AS EMPREITADAS: "CASA DA MEMÓRIA"; "NOVO ACESSO PEVIDÉM S. CRISTÓVÃO DE SELHO" – Presente a seguinte

informação da Chefe da Divisão de Empreitadas: "1. Objecto: Contratação dos serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para a empreitada referida em epígrafe, dando cumprimento ao artigo 17.º do Decreto-Lei 273/2003. 2. Considerandos: A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos, formação especializados e experiência em Sistemas de Gestão de Coordenação de Segurança e Saúde para a fase de obra e legislação correlacionada; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. 3. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de prestação de serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para as empreitadas referidas em epígrafe, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a prestação de serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para a fase de obra, das empreitadas supracitadas, cumprindo com as obrigações do Dono de Obra referida no artigo 17.º do Decreto-Lei 273/2003. b) A despesa total, considerando para o tempo estimado de duração de cada obra, será de €16.500,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor, subdividindo-se em €12.000,00 para a obra "Casa da



Memória”e €4.500,00 para a obra “Novo Acesso Pevidém S. Cristóvão de Selho”, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental nas seguintes rubricas do PPI (Plano Plurianual de Investimentos) correspondentes ao ano de 2011: - Casa da Memória – 2.5.1.22; - Novo Acesso Pevidém S. Cristóvão de Selho – 3.3.1.1.24. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste directo, com consulta a pelo menos 3 entidades, de acordo com o artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS À REALIZAÇÃO DO PROJECTO DE EXECUÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA RUA DE CAMÕES – Presente a seguinte

informação do Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico: “1. Objecto – O serviço que se pretende contratar diz respeito ao projecto de execução para a construção de um parque de estacionamento no interior do quarteirão das ruas de Camões, rua da Caldeiroa e alameda São Dâmaso e praça do Toural, adiante designado como parque de estacionamento da rua de Camões, freguesia de S. Sebastião. 2. Considerandos: A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos e formação especializados e experiência em trabalho de equipa multidisciplinar, não apresentando a Autarquia possuir Técnicos habilitados à execução da globalidade de tais especialidades; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho

não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. 3. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a realização do projecto de execução de um parque de estacionamento no interior do quarteirão das ruas da Caldeiroa, de Camões e Alameda São Dâmaso que visa potenciar a reconversão e requalificação de um interior do quarteirão (alargando o espaço público urbano e melhorando a sua qualidade ambiental) e aumentar a capacidade de estacionamento automóvel da área central da cidade. b) A despesa estima-se em €300.000,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental no Plano Plurianual de Investimentos, correspondente ao ano de 2011. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante um procedimento de concurso público de acordo com estipulado no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos). Em anexo, junta-se caderno de encargos do procedimento a adoptar”. O caderno de encargos dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** O Vereador **André Coelho Lima** solicitou que a sua intervenção, que a seguir se transcreve, ficasse registada em acta: “Este ponto demonstra-nos que, ainda que tardiamente e ainda que não sendo a melhor solução, apresenta-nos finalmente a Câmara uma proposta para resolver o enorme problema em que se converterá estacionamento no Centro Histórico, particularmente nas imediações do Largo do Toural. Pelo que é em primeiro lugar



importante registar a circunstância de este parque parecer agora, finalmente, poder ser uma realidade. No entanto, do que neste ponto em concreto se trata é da aquisição de serviços para a realização do projecto de execução, sendo que, como nos diz a proposta de deliberação, a Autarquia não possui “*técnicos habilitados à execução da globalidade de tais especialidades*”, pelo que nos propõe gastar €370.000,00 para este projecto de execução. Há por isso várias questões carecidas de esclarecimento: 1 - O parque será construído por iniciativa pública, ou apenas o projecto de execução será assumido pelo Município? 2 - Está ou não prevista a entrega a privados a exploração, e até porventura a construção, do dito parque? 3 - Os terrenos em causa são de particulares? Já foram negociadas as respectivas aquisições com os proprietários? Ou essa é matéria que ainda poderá vir a retardar o processo? 4 - Estando agora a Câmara a propor-nos o início do projecto de execução, com a duração prevista de cerca de 2 meses e meio, há já uma previsão de um prazo para a conclusão da obra? 5 - Como se explica a necessidade de contratação externa deste projecto de execução? Se até a requalificação de um espaço público como o Largo do Carmo, foi feito com recurso à “*prata da casa*”, com evidentes ganhos financeiros para o Município, por que razão um projecto de execução de um mero parque de estacionamento, situado em zona voltada para as traseiras dos edifícios das ruas que o circundam, não pode ser feito com recurso aos técnicos da Câmara, que os possui em quantidade e qualidade suficientes para o efeito?” -----

PROTÓCOLOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE (EIP) NOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE GUIMARÃES – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 1 de Setembro de

2011, que concordou com a seguinte informação do Vereador Amadeu Portilha: "Em sua reunião de 28 de Julho de 2011 a Câmara Municipal deliberou ratificar um Protocolo de cooperação já assinado com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães (AHBVG) e a Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) para a renovação de uma Equipa de Intervenção Permanente (EIP). A comparticipação do Município de Guimarães no âmbito deste novo Protocolo foi integrada no subsídio anual de €90.000,00 que a autarquia vinha concedendo àquela Associação desde 25 de Janeiro de 2007, titulada por Protocolo, cuja minuta foi aprovada por esta mesma deliberação. Na sequência daquela deliberação de 28 de Julho de 2011 a AHBVG enviou a esta autarquia um ofício solicitando um reforço daquele valor pois tal quantia era insuficiente para suportar as 6 EIP criadas através daquele Protocolo de 2007 e uma outra equipa, criada em 2008, em parceria com a ANPC, em partes iguais. Assim, de forma a salvaguardar a continuidade dos bons serviços prestados pelas EIP, propõe-se que a Câmara Municipal aprove o reforço da comparticipação financeira a atribuir à AHBVG, no valor de €24.366,00 + seguros, por forma a que lhe seja pago o valor correspondente a 50% do funcionamento de uma EIP (com 5 elementos), visto tratar-se de uma EIP suportada, em partes iguais, pela Câmara Municipal de Guimarães e a Autoridade Nacional de Protecção Civil. À consideração superior".

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

FEIRA RETALHISTA DE GUIMARÃES – SORTEIO PARA ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE LUGARES DE VENDA

– Presente a seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: "Decorrente de desistências existem, neste momento, seis lugares disponíveis na Feira Retalhista de Guimarães,



distribuídos da seguinte forma: - três no sector do vestuário, - um no sector da marroquinaria e acessórios; - dois no sector de artigos para o lar na área das louças, cutelarias, plantas e moveis; Os serviços têm conhecimento, através de pedidos apresentados, que existem pessoas interessadas na atribuição destes lugares de venda. De acordo com o artigo 12.º do Regulamento das Feiras Retalhistas do Município de Guimarães cada espaço de venda numa determinada feira é atribuído mediante sorteio, por acto público, que dê todas as garantias de imparcialidade e transparência. Atendendo à disponibilidade de lugares naquela Feira e à forma estabelecida no Regulamento para a sua atribuição, propõe-se que seja realizado um sorteio para atribuição daqueles lugares disponíveis, segundo o sector em que se localizam. O sorteio terá lugar no dia 27 de Outubro, no Multiusos de Guimarães, de acordo com a localização dos lugares disponíveis e com as normas definidas no programa do sorteio para atribuição do direito à ocupação de lugares de venda na Feira Retalhista de Guimarães, documento que se junta em anexo à presente proposta (ANEXO A). Propõe-se, ainda, que a Comissão que irá acompanhar a realização do Sorteio seja composta pelos seguintes elementos: Presidente da Comissão: Miguel de Sousa Pires de Almeida Frazão -. Director do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente; 1.º Vogal – Dalila Sepúlveda Mesquita de Freitas – Chefe da Divisão de Serviços Urbanos. 2.º Vogal – Crisália Marcela Pereira Alves – Técnica Superior. Vogal suplente – Maria Isabel Vieira Oliveira Lopes – Assistente Técnica. Em caso de impedimento do Presidente da Comissão, este será substituído pelo primeiro vogal”. O programa do sorteio para atribuição do direito à ocupação de lugares de venda na Feira Retalhista de Guimarães dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta

anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

HASTA PÚBLICA PARA A ADJUDICAÇÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE 3 QUIOSQUES –

Presente a seguinte informação do Chefe da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “Considerando a existência de quiosques que se encontram disponíveis nas seguintes freguesias do concelho: a. Equipamento de mobiliário urbano localizado na Rua Almirante Sousa Ventura, freguesia de Guimarães (Oliveira do castelo), com a área de 10 m²; b. Construção localizada na Rua de S. Martinho, junto ao Cemitério da freguesia de Candoso S. Martinho, com a área de 9 m²; c. Construção localizada na Rua Padre António Pereira da Silva, freguesia de Gandarela, com a área de 18 m². Considerando o interesse manifestado por alguns munícipes junto dos serviços na sua exploração; considerando, ainda, a criação de alguns postos de trabalho decorrentes da entrada em funcionamento dos referidos quiosques; propõe-se a realização de uma hasta pública para a adjudicação do direito de uso privativo de três quiosques, no próximo dia 12 de Outubro, pelas 10h00, no Salão Nobre da Câmara Municipal, submetendo-se à aprovação do Executivo Camarário o respectivo Regulamento, anexo à presente proposta. Propõe-se, ainda, para constituição da Comissão que irá acompanhar a realização deste acto os seguintes elementos: Presidente da Comissão: Miguel Sousa Pires Almeida Frazão – Director do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente; 1.º Vogal: Rui Miguel Lino Castro – Chefe da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas; 2.º Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe da Divisão Administrativa” O regulamento da has pública para a adjudicação do direito de uso privativo de 3 quiosques dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta



anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1.º CEB – ANO LECTIVO 2011/2012 – Presente a seguinte

informação dos Serviços de Educação: “Como é do conhecimento superior, no âmbito do Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º CEB, e de acordo com o disposto no art.º 3.º do Regulamento de Acesso ao Financiamento do Programa, é conferido aos Municípios a possibilidade de realizar parcerias com Associações de Pais e Encarregados de Educação ou outras entidades que estejam a assumir a gestão dos refeitórios, mediante a celebração de Protocolos. Assim, à semelhança do ano lectivo transacto, e a fim de ser preparado o Processo de Candidatura a remeter à Direcção Regional de Educação do Norte, junto se anexa: relação das entidades parceiras; minuta de protocolo a celebrar com as entidades. À consideração superior”. A relação das entidades parceiras e a minuta de protocolo a celebrar dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – TRANSFERÊNCIA MENSAL DE VERBAS PARA A COOPERATIVA TEMPO LIVRE – PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DE INGLÊS E DE OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1º CEB – DESPACHO 14 460/2008 DE 26 DE MAIO – ANO LECTIVO 2011/2012 – Presente a seguinte informação dos

Serviços de Educação: “No âmbito do Programa de Generalização do Ensino de Inglês e de Outras Actividades de Enriquecimento curricular destinado aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico foi

aprovado, em reunião de Executivo, no passado dia 19 de Maio de 2011, um Acordo de Colaboração com a Cooperativa Tempo Livre, de forma a assegurar a leccionação da Actividade Física e Desportiva aos alunos dos 15 Agrupamentos de Escolas do concelho. Com base no artigo 2º daquele Acordo compete ao Município a transferência mensal de uma comparticipação financeira para pagamento de encargos decorrentes com a contratação dos docentes a termo resolutivo certo a tempo parcial. Nesse sentido, cumpre-nos informar que o valor da comparticipação financeira a transferir no período compreendido entre Setembro e Dezembro de 2011 é de €198.016,72, a que corresponde um valor mensal de €49.504,18, e de Janeiro a Junho de 2012 de €297.025,11, a que corresponde um valor mensal de €49.505,18. Mais informamos que de acordo com o ponto 3 do art.º 3.º do Acordo de Colaboração, no final de cada período lectivo serão efectuados, se necessário, os acertos financeiros relativos ao pagamento efectivo de encargos mensais, abatido dos valores atribuídos em cada um dos períodos lectivos. À consideração superior". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07 e na unidade económica 05.01.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador Amadeu Portilha não participou na discussão e na votação da proposta, por se considerar impedido. -----

EDUCAÇÃO – RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA DELIBERAÇÃO DE 27 DE JANEIRO DE 2011 – ATRIBUIÇÃO DE VERBAS PARA ALIMENTAÇÃO E GESTÃO EM REFEITÓRIOS ESCOLARES – ANO CIVIL 2011 –

Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: "Como é do conhecimento superior, foi aprovado em Reunião de Câmara



de 16 de Dezembro de 2010, com as alterações introduzidas pela deliberação de 27 de Janeiro de 2011, a atribuição de verbas para alimentação e gestão em refeitórios dos estabelecimentos de educação e ensino do 1º ciclo do ensino básico, a vigorar no ano civil de 2011. Considerando que: em resultado do reordenamento da rede escolar, neste ano lectivo as EB1/JI Monte/Arosa e Paçô Vieira/Mesão Frio foram encerradas, e os seus alunos integrados em outros estabelecimentos de ensino, respectivamente da Póvoa de Lanhoso e no Centro Escolar de Infantas; com a construção do Centro Escolar de Urgezes foram encerradas as EB1's Francisco dos Santos Guimarães e Bairro/Urgezes e criadas as condições para a implantação de um serviço de refeições com confecção no local, daí resultando uma redução nas despesas de gestão do refeitório, designadamente com as que diziam respeito à higienização das loiças e à colocação de pessoal para acompanhamento e vigilância dos alunos no transporte para almoço; com as obras de ampliação e reconversão dos edifícios escolares de Couto/Barco e Mosteiro/S. Torcato, houve a necessidade de implantar um serviço de refeições transportadas nas instalações onde estes estabelecimentos de educação e ensino funcionarão provisoriamente, de modo a garantir a continuidade deste apoio aos alunos. Acresce ainda que, no caso da EB1/JI Mosteiro/S. Torcato, as valências de pré-escolar e do 1º CEB funcionarão em instalações independentes, pelo que serão implantados dois refeitórios, propõe-se, a partir de Setembro, inclusive: a suspensão da atribuição de verbas, no valor de €550,00/cada, à Freguesia de Arosa e ao Agrupamento de Escolas Santos Simões, entidades que, até ao momento, têm vindo a assumir a gestão dos refeitórios escolares das EB1/JI's Monte/Arosa e Paçô Vieira/Mesão Frio, respectivamente; a

alteração do valor da verba atribuída ao Grupo Desportivo *Os Amigos de Urgezes* de €1.250,00 (EB1 Francisco dos Santos Guimarães: €725,00; EB1 Bairro: €525,00) para €400,00; o aumento do valor da verba atribuída à Freguesia de Barco, de €350,00 para €550,00, e à Associação de Pais da EB1/JI Mosteiro/S. Torcato, de €400,00 para €850,00 (EB1: €650,00; JI: €200,00). Mais se informa que, com estas alterações, o valor da verba a atribuir mensalmente às entidades que asseguram a alimentação e gestão dos refeitórios escolares passa a ser de €48.326,60, conforme discriminado no mapa em anexo. À consideração superior". O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – Presente

a seguinte informação da Divisão de Acção Social: "Por deliberação de 13 de Janeiro de 2011 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal nº 8/2009 de 8 de Janeiro para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, alterado e ratificado em 25 de Setembro de 2009. Importa, assim, submeter a ratificação, os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa em anexo". O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SOUTO SANTA MARIA – FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DO



ROSÁRIO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente um pedido da Junta de Freguesia de Souto Santa Maria solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações das Festas em Honra de Nossa Senhora do Rosário, realizada entre os passados dias 11 e 15 de Agosto. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Souto Santa Maria, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €34,34 (trinta e quatro euros e trinta e quatro cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

Pelas 11:30 horas o Presidente da Câmara deu a palavra à cidadã Elisabete Silva que, em nome da família que ocupou o prédio sito no Lugar dos Dardos e como voluntária da DESINCOOP, agradeceu o apoio concedido àquela Cooperativa através do contrato de comodato aprovado nesta reunião. -----

PELAS 11:35 HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----